

CORREIO POPULAR

Publicado por Correio Popular SA - Fundado em 4/9/1927
O NOSSO OBJECTIVO
"Servir na empresa vigilante e fidedigna da administração pública e zeladores intrínsecos do direito colectivo" - (O.P., Anno 1, No. 1, Anno 1)

GRUPO RAC

Presidente: Sylvino de Godoy Neto
Superintendente: Elizabeth De Paula Godoy

CORREIO POPULAR

Presidente Executivo: Italo Hamilton Barioni
Superintendente-executivo: Fernando Zambon Avbrs
Diretor Editorial: Manuel Alves Filho
Editor-Chefe: Paulo Reda

EDITORIAL

Cuidar da cidade é dever de todos

Muitas vezes esse espaço é utilizado para a cobrança de medidas do poder público que resultem na solução dos problemas que cotidianamente afligem a população de Campinas. Hoje, além da administração municipal, estenderemos a responsabilidade também para os moradores de nossa cidade. Matéria divulgada na edição de hoje do **Correio Popular** mostra que Campinas tem, em média, um contêiner de lixo queimado ou depredado a cada dois dias. Um

balanço divulgado pela Prefeitura mostra que nos primeiros quatro meses deste ano, 67 equipamentos destinados à coleta mecanizada foram vandalizados, causando um prejuízo de R\$ 134 mil ao Consórcio Campi Ambiental, responsável pela coleta de resíduos domésticos. A média de destruição desses equipamentos segue a do ano passado, quando 207 dispositivos foram danificados. Os contêineres, que são de plástico e na cor verde, são importados da Alemanha, e quando sofrem vandalismo têm de ser repostos pelo consórcio. A coleta mecanizada começou a ser implantada em Campinas há 12 anos, atendendo hoje 58 bairros, onde estão distribuídos

cerca de 8 mil equipamentos. Os equipamentos são vandalizados principalmente por moradores em situação de rua, que garimpam materiais recicláveis ou outros itens de valor, mas também há outros fatores causadores de problemas, como o vandalismo e o mau uso dos dispositivos. A utilização dos recipientes para a disposição incorreta de lixo e sua instalação em locais inapropriados, em especial em cima das calçadas, são outros problemas a serem resolvidos. Os contêineres são equipamentos urbanos de extrema relevância para o acondicionamento de lixo domiciliar. Sua utilização evita, por exemplo, que animais domésticos, cachorros ou gatos, rasguem sacos de lixo e evite que a chuva leve os sacos de lixo da calçada para entupir bueiros. Nesse sentido, é dever de todos evitar que sejam danificados, adotando cuidados no momento de utilizá-los e denunciando qualquer ocorrência de dano ou instalação incorreta da qual se tenha conhecimento. Cuidar dos bens públicos é um ato de cidadania.

Os artigos assinados expressam o pensamento exclusivo do colunista colaborador e não refletem a opinião da direção do jornal

Uma retórica política leviana para justificar dívida pública

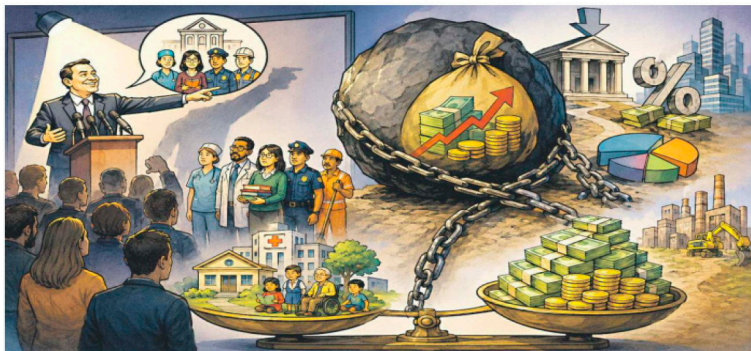
ARTUR MARQUES

A cada nova divulgação dos números da dívida pública, volta à cena o velho e descuidado enredo de transformar o funcionalismo público no vilão preferencial das contas nacionais. O discurso ganha tom leviano ao simplificar o tema com uma retórica dissuasiva. Se a dívida cresce, corta-se servidor. Se o déficit preocupa, congela-se salário. Se o caixa aperta, aponta-se o dedo para quem está na ponta do serviço. Porém, a história mostra que essa narrativa é equivocada.

Os números mais recentes ajudam a dimensionar o tamanho do desafio. O estoque da dívida pública federal encerrou 2025 em torno de R\$ 8,6 trilhões, maior valor da série histórica. Mantido o ritmo atual de financiamento, pode aproximar-se de R\$ 10 trilhões já ao fim de 2026. Em proporção ao PIB, a dívida bruta gira hoje em torno de 79% e segue em trajetória ascendente.

O País direciona algo próximo de R\$ 1 trilhão por ano apenas para o pagamento de juros, cifra que concorre diretamente com investimentos, políticas públicas e a manutenção de serviços essenciais. Projeções indicam que, sem mudanças relevantes na condução fiscal e na dinâmica de financiamento, a dívida pode ultrapassar 110% do PIB no início da próxima década, com estimativas que apontam algo próximo de 117% em 2033.

O atalho retórico para justificar esses números, sempre crescentes ao longo deste século, cumpre um papel político indistigável, ao apontar um culpado fácil e difuso



– o servidor –, capaz de concentrar indignações e desviar o foco das verdadeiras engrenagens que pressionam o endividamento público. Ao fazer isso, adia-se o enfrentamento das causas estruturais e se perpetua uma discussão rasa, que pouco contribui para soluções eficazes.

Os próprios dados deixam claro que o peso do serviço da dívida, fortemente impactado por juros reais entre os mais elevados do mundo, continua sendo um componente central da dinâmica fiscal. Taxas exageradas significam crescimento acelerado do estoque da dívida, independentemente da folha de pagamento. Cada ponto percentual na Selic representa bilhões adicionais a serem pagos anualmente. Não é o professor da rede pública

quem define esse índice. Não é o enfermeiro do hospital estadual quem delibera sobre política monetária nem a professora de uma longínqua escola rural que faz a estratégia de gastos do Estado.

Servidores públicos não elaboram a lei orçamentária, não fixam prioridades macroeconômicas, não criam despesas supérfluas, não administram grandes contratos nem definem renúncias fiscais, que tiram R\$ 400 bilhões por ano do erário. Essas são atribuições de governantes eleitos e de gestores investidos de poder decisório. Atribuir ao conjunto do funcionalismo a responsabilidade pelo endividamento é inverter a lógica institucional do Estado brasileiro.

Há, evidentemente, desafios fiscais relevantes. O crescimento das

despesas obrigatórias exige planejamento, reformas estruturais e debate qualificado. Entretanto, transformar o funcionalismo em bode expiatório produz apenas um ruído político que custa caro, pois se cria na opinião pública a percepção equivocada de que escolas, hospitais, tribunais, agências de fiscalização, previdência e assistência social seriam estruturas inchadas por privilégios generalizados, quando, na prática, são operadas por brasileiros que sustentam cotidianamente o funcionamento do Estado.

O discurso simplista também ignora que a dívida pública resulta de múltiplos fatores acumulados ao longo de décadas: ciclos econômicos, crises internacionais, políticas anticíclicas, subsídios, desconexões, decisões de investimento,

falhas de governança e, sobretudo, a própria dinâmica dos juros compostos. Reduzir essa complexidade a uma narrativa inverídica sobre "excesso de servidores" e/ou salários é uma falácia histórica.

Trata-se de distorção grave porque desfoca o debate, alimenta antagonismos sociais desnecessários e empurra com a barriga a busca de soluções reais: revisão de prioridades, eficiência na alocação de recursos, avaliação de políticas públicas, transparência na gestão, controle de despesas financeiras e aprimoramento institucional. As análises sobre a dívida pública precisam sair do campo do slogan. Isso implica reconhecer que ajuste fiscal não se faz com caricaturas, mas com diagnóstico correto, coragem política e compromisso com o presente e o futuro do País. Quando o foco desloca-se para um alvo fácil, perde-se tempo e mais dinheiro. Enquanto o debate gira em torno de "culpados" convenientes, a dívida continua crescendo, os juros seguem pressionando o orçamento e as soluções estruturais permanecem adiadas.

Essa discussão deve ingressar com urgência no terreno da responsabilidade técnica. O Brasil carece de mais maturidade para discutir suas contas, postura que passa, necessariamente, pelo abandono de mitos confortáveis para os gestores da União, dos estados e dos municípios. Servidores públicos não são a causa da imensa dívida, mas os profissionais que, apesar dela, mantêm o Estado em funcionamento.

Artur Marques é o presidente da Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo (ANFPSP).

Correio do Leitor

AS CARTAS DEVEM SER ENVIADAS PARA

Rua 7 de Setembro, 199
Vila Industrial • CEP 13035-350
e-mail: leitor@rac.com.br

O **Correio Popular** publica as opiniões de seus leitores sobre temas de interesse coletivo. As cartas devem conter no máximo 15 linhas, cerca de 700 caracteres com espaços, medidos pelo Microsoft Word. A Redação se dá o direito de publicar os textos parcial ou integralmente. Fica o critério do jornal a seleção de cartas para ilustração com fotos, que serão produzidas exclusivamente pelos fotógrafos do **Correio**. As cartas para o **Correio do Leitor** devem ser enviadas para Rua 7 de Setembro, 199 - Vila Industrial - CEP 13035-350 ou por e-mail: leitor@rac.com.br

- Cartas devem ser acompanhadas de nome completo, endereço, profissão e telefone de modo a permitir prévia confirmação.
- Opinião dos colunistas não reflete a opinião do jornal.

Há 50 anos

Campinas, 13/05/1976

Artigo lindo do Pedro Maciel

Fabio Cassiano
Professor de História

O artigo do advogado Pedro Maciel do (...) sábado é uma obra-prima, delicado e otimista. O cronista do **Correio Popular** nos surpreende a cada sábado. A viagem ao futuro, o encontro com as netas e a Campinas moderna e sustentável no futuro é um sonho e, como disse o articulista na sua crônica, é possível tomarmos decisões e atitudes hoje. As eleições se aproximam e precisamos pensar que o voto hoje é investimento no nosso futuro, por isso não podemos votar em gente sem

compromissos com nossa cidade, em pessoas sem relação afetiva com Campinas.

Feminicídios, Kakay e Sérgio Castanho

Carlos Alberto Marchi de Queiroz
Professor de Direito

O **Correio Popular** de 12/5 contém três assuntos que merecem ser enviados ao **Correio do Leitor**, separadamente. Todavia, creio que com uma só carta posso comentar assuntos dignos de nota. O editorial diz que "precisamos dar um basta aos feminicídios". Concordo. A Lei Maria da Penha e o Código Penal são implacáveis na

punição. Todavia, no caso desse horrível crime cometido pelo noivo, guarda municipal, contra a noiva, Estado e sociedade nada puderam fazer para conter a "spinta criminosa" do homicida no tocante à sua impulsão e motivação. Somente poderão puni-lo com rigor nesse episódio em que a realidade supera, mais uma vez, a ficção. De outro lado, o advogado Kakay se compôs com seu cliente, deixando de defendê-lo. O artigo 112 do Código de Processo Civil permite essa decisão. O advogado é o confessor do cliente. Precisa saber tudo para apresentar defesa consistente. Finalmente, o confrade, doutor Sérgio Castanho, escreveu em sua sáborosa crônica que, até hoje, não sabe por que

somos "degradados filhos de Eva". Apreendi, no Catecismo, que, em razão do pecado original cometido por Eva, ao comer a maçã, todos os seus filhos foram expulsos do Paraíso para viverem em nosso Vale de Lágrimas até a redenção. Só para constar.

Sobre o artigo do Nalini

Lourival Longato Junqueira
Aposentado

É triste ver as poucas matas e áreas verdes das cidades sendo destruídas para a construção de prédios e condomínios. Árvores são derrubadas e pequenos bosques desaparecem, enquanto o calor, as enchentes e a poluição

aumentam cada vez mais. A cidade precisa crescer, mas isso não pode acontecer às custas da natureza. É possível construir de forma mais inteligente, aproveitando áreas já urbanizadas e preservando as matas que ainda existem. As prefeituras poderiam exigir mais áreas verdes nos novos empreendimentos, investir em arborização, criar parques e incentivar projetos sustentáveis. Assim, o desenvolvimento aconteceria sem prejudicar tanto o meio ambiente. Uma cidade boa para viver não é feita apenas de concreto, mas também de árvores, sombra e qualidade de vida. É preciso vontade política, fiscalização e consciência da população.

Novo tipo de chopeira

Sérgio Fernandes, homem de muitas invenções, algumas já patenteadas, esteve na redação do **Correio Popular** para apresentar e fazer demonstração de um novo tipo de chopeira, a chopeira elétrica "Chopan", resultado de muitos estudos, cálculos e um investimento de pouco mais de 20.000,00. Dispondo de câmara para gelar 5 copos ou canecos, dupla evaporação, reservatório de vidro temperado para 4 litros de chopp (modelo pequeno), motor de alta rotação Mf, forçador de ar, pondo fim ao antiquado sistema das serpentinhas a gelo seco e consumindo pouco mais de 70 cruzeiros de energia elétrica por mês.